



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13993 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO ACRE NO CONTEXTO DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Josenir de Araújo Calixto - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Gessymar Gonçalves dos Santos - UFAC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Jean Mauro de Abreu Morais - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO ACRE NO CONTEXTO DA REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Resumo: O presente estudo tem como objeto o financiamento da educação profissional na rede de estadual de ensino do estado do Acre. Com a promulgação da Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a finalidade de implantar o novo ensino médio, tem-se a abertura para novos formatos de organização da etapa final da educação básica e a adoção de estratégias de financiamento dos itinerários formativos, especialmente o da formação técnica e profissional. Busca-se analisar o formato da política de financiamento do itinerário de formação técnica e profissional no contexto da reforma do ensino médio, na perspectiva de compreender como estas atendem a constituição de uma política de educação profissional pública ou se está alinhada com as diretrizes de transferência de recursos públicos para entidades privadas. Utiliza-se uma abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental. Verifica-se que há um aumento dos recursos financeiros transferidos para a iniciativa privada para o atendimento do itinerário da educação técnica-profissional em detrimento da precarização das instituições públicas de educação profissional.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Educação profissional, Financiamento da educação.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar o formato da política de financiamento do itinerário de formação técnica e profissional no contexto da reforma do ensino médio, na perspectiva de compreender como estas atendem a constituição de uma política de educação profissional pública ou se está alinhada com as diretrizes de transferência de recursos públicos para entidades privadas.

Trata-se de resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, no âmbito da discussão da implantação da reforma do ensino médio no estado do Acre, que lançou mão de estratégias de transferência de recursos para instituições privadas de educação profissional ofertar o itinerário da formação técnica e profissional.

Metodologia

O estudo de abordagem qualitativa utiliza-se da pesquisa documental, especialmente sobre os orçamentos destinados a oferta do itinerário da formação técnica e profissional, verificando a transferência de recursos para entidades privadas como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC em detrimento da autarquia estadual o Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológico – IEPTEC, responsável que era até então pela política de educação profissional na rede pública estadual de ensino do estado do Acre.

Debruçou-se, ainda, sobre os dados do censo escolar da educação profissional para verificar a distribuição das matrículas pelas instituições selecionadas. A pesquisa bibliográfica centrou-se nas análises sobre a reforma do ensino médio e do financiamento da política de educação profissional no Brasil, na perspectiva de se estabelecer relações entre o movimento de reforma do ensino médio e a privatização da educação.

Análise e discussão dos resultados

De forma autoritária, no rastro de um golpe de Estado, travestido de legalidade, que afastou uma presidenta democraticamente eleita, o governo golpista de Michel Temer (2016-2018), por meio da Medida Provisória nº 746/2016, convertida posteriormente na Lei 13415/2017, foi instituída a reforma do ensino médio autodenominada de “novo ensino médio”.

Já em seus primeiros anos de implementação apresentou claros sinais de precarização da formação da juventude brasileira, deixando-a à mercê de um mercado de trabalho cada vez

mais polivalente e que tem na flexibilização do trabalho e no subemprego, elementos estruturantes da exploração dos trabalhadores. (CÁSSIO & GOULART, 2022; ANTUNES, 2009).

Cassio e Goulart (2022), ao analisarem o papel do CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação, destacam os argumentos favoráveis à reforma centrados nos supostos objetivos de melhoria da qualidade da aprendizagem expressa nos exames de avaliação de larga escala e na redução dos indicadores de abandono e que para tanto seria necessário a modificação do currículo, considerado extenso e deslocado da realidade dos estudantes. Para tanto seria necessário, “(...) flexibilizar as trajetórias escolares em um currículo mais prático e atrativo, que aproximasse a escola de ensino médio das demandas dos empregadores, somando-se a isso a ampliação da jornada escolar” (CASSIO & GOULART, 2022, p. 511).

O artigo 36 da LDB 9394/96, estabeleceu que o currículo do ensino médio seria constituído pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos que contemplassem as seguintes áreas: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Formação Técnica e Profissional.

Silva (2018, p.11), destaca o caráter restrito e utilitarista do currículo configurado por meio da BNCC que traz em sua centralidade “(...)uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania”, que melhor poderiam moldar os jovens para um mundo em permanente mudança e que exige uma maior capacidade de se adaptar aos novos paradigmas do mercado de trabalho.

No estado do Acre, a oferta do itinerário de educação técnica e profissional foi realizada pelo Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológico – IEPTEC, autarquia estadual, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, integrantes do sistema S, que ficaram responsáveis pela realização das atividades de formação para os alunos das escolas estaduais, a partir do portfólio de cursos disponíveis por cada instituição.

Criado em 2002, o Instituto Dom Moacyr – IDM, tinha como responsabilidade a formulação e implementação da política e do plano estadual de educação profissional, por meio de escolas estaduais de educação profissional e com escolas integradas de ensino médio. O IDM teria no seu portfólio, prioritariamente, cursos voltados para os serviços florestais e rurais, integrados a um projeto de desenvolvimento sustentável para a região além de cursos direcionados aos serviços comerciais, públicos e de saúde para as populações urbanas. Em 2019, foi transformado em Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológico – IEPTEC, abandonando os cursos voltados ao desenvolvimento sustentável, sendo priorizado no seu portfólio, apenas os cursos de serviços comerciais e de saúde, financiados com os

resquícios do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, desenvolvido de forma massiva no período entre 2011-2016.

O Sistema S tem suas atividades financiadas por recursos públicos, resultado de uma contribuição compulsória sobre a folha de pagamento, que é embutida nos preços finais dos produtos comercializados no país, portanto, ao contrário do que se publiciza, a origem dos recursos não é oriunda da iniciativa privada. Estes recursos são administrados pelas entidades patronais, que fazem a gestão dos recursos de forma descentralizada e com sérios questionamentos sobre a transparência. (PINTO, 2016).

A estratégia de transferência de recursos públicos para o sistema S foi amplificada no período de 2011-2014, por meio do (Pronatec), que durante a primeira fase do programa destinou a maior parte dos recursos investidos para a rede privada, com destaque para as instituições do sistema S, que ficaram com 95% de todos os recursos investidos nessas instituições. (PINTO, 2016).

Este tipo de estratégia, tem como um de seus resultados o comprometimento da política de educação profissional, pois a oferta fica condicionada a transferência voluntárias e precariza a ampliação da educação profissional pública.

Se os recursos investidos na rede privada tivessem sido aplicados na ampliação da rede federal de ensino, boa parte desses problemas seria evitada e os resultados da ampliação do acesso à formação profissional e tecnológica viriam em um ritmo mais lento, mas com garantia de permanência e qualidade do ensino ofertado (PINTO, 2016, p. 141).

Esta estratégia é percebida de forma nítida na implementação da reforma do ensino médio no Acre. Somente com o SENAI, a Secretaria de Estado de Educação estabeleceu um Termo de Cooperação em janeiro de 2021, para a oferta de cursos de qualificação profissional de habilitação técnica de nível médio para atender ao itinerário formativo da formação técnica e profissional. No Termo de Cooperação publicado no Diário Oficial, não é revelado os valores consignados para a ação, o qual tem vigência para o triênio 2021-2023.

No relatório de gestão do SENAI (2021), o referido termo de cooperação é exaltado como uma das principais ações da instituição. É apresentado como valor total a ser investido R\$ R\$ 16.928.000,00 (dezesesseis milhões, novecentos e vinte e oito mil reais) durante três anos, para o atendimento de 1000 alunos por ano, o que representaria um custo aluno ano de R\$ 5.642,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta e dois e três reais).

Em contrapartida, o orçamento do IEPTEC para a oferta do itinerário de formação técnica e profissional proposto pela reforma do ensino médio, pelo mesmo período de 36 meses, como explicitado no plano de trabalho 2022/2024, serviu para atender 1.400 alunos com um valor de R\$ 9.388.800,00 (nove milhões, trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos

reais) o que perfaz um valor aluno ano de R\$ 2.235,43 (dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Ao analisar os dados, percebe-se uma priorização da rede privada de educação profissional em detrimento da rede pública. Os documentos disponibilizados pelo poder público no momento, não permitem analisar os elementos que compõem os custos e o que torna os cursos ofertados pelo SENAI, tão mais elevados em termos de custos do que os cursos do IEPTEC.

No processo de implementação do “novo ensino médio”, o SENAI declinou da possibilidade de fazer a oferta nos municípios, priorizando Rio Branco, esquivando-se, assim, de realizar investimentos em laboratórios e na contratação de profissionais no interior do estado, deixando a tarefa mais dispendiosa para o poder público.

Os estudos nos indicam um movimento intenso para privatizar a educação, que segundo Adrião, (2017) pode-se perceber três dimensões sobre as quais as formas de privatização operam: privatização da gestão da educação, privatização do currículo e privatização da oferta educacional.

Respectivamente, estas dimensões caracterizam-se

[...] pela transferência da gestão educacional pública para o setor privado, corporativo ou não, pela transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas ou para setores autoproclamados “não lucrativos” e ainda pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional por meio da ampliação de políticas de *choice* (ADRIÃO, 2016, p.1).

No presente estudo percebemos estas dimensões se fazem presente na estratégia desenvolvida na implementação do “novo ensino médio”, com a preferência no repasse de recursos para as instituições privadas para a oferta de cursos construídos para outras realidades que não dialogam com os desafios do desenvolvimento regional.

Nos documentos analisados não há menção à realização de debates sobre o processo de integração das instituições com as escolas estaduais de ensino médio para a oferta do itinerário formativo. Verifica-se que a oferta do itinerário formativo da formação técnica e profissional, ao contrário do que é apregoado nos discursos oficiais, é ofertado não como uma escolha dos alunos, mas sim a partir da disponibilidade das instituições ofertantes, com base nos projetos já existentes e que não exigem maiores investimentos.

Considerações finais

Esta estratégia depõe contra o discurso de que o novo ensino médio possibilitaria aos estudantes a liberdade irrestrita de escolha do seu itinerário formativo, pois estes tiveram que se adequar às condições de ofertas das instituições, com ênfase para a área de serviços com destaques para os relacionados a imagem pessoal, produção e negócios, saúde que são divididos em cursos de qualificação profissional e técnicos, que possuem uma maior empregabilidade com baixos salários.

Percebemos um movimento que está alinhado com as diretrizes de transferência de recursos públicos para instituições privadas, quando o valor repassado para a instituição estadual, é cerca de 55% menor que o repasse para as instituições privadas, mesmo ela tendo recebido menos alunos.

O investimento em modernização dos laboratórios, valorização dos professores, aquisição de insumos, reforma do espaço afim de combater o sucateamento e boas condições de trabalho precisam ser constantes em educação, contudo, o que vemos é um processo político de protagonismo financeiro para as instituições privadas e de abandono da educação pública, promovendo um sucateamento dos seus espaços e a baixa valorização do profissional.

Referências

Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: Novo Ensino Médio em São Paulo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 509-534, mai./ago. 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.133-152, jan.-mar., 2016

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional do Acre. **Relato Integrado / Serviço Nacional de Aprendizagem de Industrial**. Rio Branco: SENAI/AC, 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista Belo Horizonte**. v.34, 2018.